

Homem perigoso,

negócios perigosos

Por que a UE não
deve estreitar relações
com Bolsonaro



GREENPEACE

O Greenpeace é uma rede independente de organizações de campanhas globais. Seu trabalho tem como finalidade mudar atitudes e comportamentos, além de proteger e conservar o meio ambiente e promover a paz.

Dados da publicação

Greenpeace e.V., Hongkongstraße 10, 20457 Hamburgo. Telefone: +49 40 3 06 18-0. Assessoria de imprensa - Telefone: (11) 95640-0443, imprensa.br@greenpeace.org, www.greenpeace.org.br. Political Unit in Berlin Marienstraße 19-20, 10117 Berlim, Telefone +49 30 30 88 99 - O V.i.S.d.P. Gesche Jürgens. Greenpeace Brasil - Rua Fradique Coutinho 352 São Paulo, São Paulo, 05416-000 Brasil. Colaboradores: Rômulo Batista, Thais Bannwart, Daniel Brindis, Milena Ferreira, Gesche Jürgens, Jürgen Knirsch, Natalie Lehner e Fernanda Bortolotto, assessoria internacional para APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Texto e edição: Lena Hollender, Caroline Binkowski. Fotos: Christian Braga/Greenpeace e Marcos Corrêa/PR (capa); Fábio Nascimento/Greenpeace (página 8); Bruno Kelly/Greenpeace (página 9); Rogerio Florentino/Greenpeace (página 10); Marizilda Cruppe/Greenpeace (página 13); Adriano Machado/Greenpeace (página 19); Victor Moriyama/Greenpeace (página 20); Markus Mauthe/Greenpeace (página 23); Marizilda Cruppe/Greenpeace (página 24); Christian Braga/Greenpeace (página 25); Adriano Machado/Greenpeace (página 26); Anne Barth/Greenpeace (página 28). Produção: Birgit Matyssek. Infográficos: Carsten Raffel Layout: Klasse 3b. Revisão em português: Jorge Eduardo Dantas. Adaptação para versão brasileira: W5 Publicidade.

Índice

Sumário Executivo	4
1. Introdução	5
2. Como chegamos até aqui	7
3. Estrago feito	8
Desmatamento	8
Incêndios florestais	10
Clima	13
Direitos indígenas e humanos	15
Conflitos Fundiários	18
Agrotóxicos	20
Finanças e política	22
Estado de direito	25
4. Bolsonaro não é um parceiro confiável para a UE	28

Sumário Executivo

O acordo comercial entre União Europeia e Mercosul (UE-Mercosul) é um acordo de destruição do clima e da floresta. Ele cria incentivos fiscais entre os blocos para a comercialização, basicamente, de *commodities* agrícolas, como soja, carne e milho, por parte dos países do Mercosul; e de bens industrializados, como automóveis e agrotóxicos, por parte do bloco europeu.

A produção de *commodities* é o principal motor do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Esse acordo fortalece e estimula a expansão de setores historicamente predatórios, colocando a Amazônia em risco e tornando os povos que nela vivem mais vulneráveis a crises - seja uma pandemia ou crise climática - por não disporem de economias resilientes e sustentáveis.

O relatório “Homem perigoso, Negócios perigosos”, traz um panorama das medidas antiambientais adotadas pelo governo brasileiro e aponta para os riscos da efetivação do acordo UE-Mercosul, que irá legitimar internacionalmente a política antidemocrática, antiambiental e de violência contra povos e comunidades tradicionais de Jair Bolsonaro.

O material faz um recorte de todo o desmonte e os efeitos produzidos ao longo dos três anos da administração do atual presidente do Brasil. Ele apresenta dados de desmatamento e de incêndios florestais, trata da emissões de gases de efeito estufa e violação de tratados climáticos, descreve conflitos no campo e violação dos direitos indígenas, lembra a aprovação recorde de agrotóxicos nos últimos anos e mostra o desmonte das políticas públicas, como o estrangulamento orçamentário das agências ambientais.

O acordo econômico terá um alto impacto sobre a biodiversidade e as populações da América do Sul, uma vez que os produtos exportados pelo Mercosul para a União Europeia são historicamente baseados na destruição ambiental e na injustiça social. É necessário inverter esta lógica mercadológica nos dois extremos do problema - tanto o da demanda como o da oferta -, porque essa premissa está na contramão da luta contra a destruição do patrimônio ambiental, da justiça social, da defesa do meio ambiente e do equilíbrio climático.

Tratados como o acordo comercial UE-Mercosul devem ser interrompidos de uma vez por todas. O bloco europeu precisa deixar de ser cúmplice da destruição de ecossistemas e da violação de direitos humanos em países do Sul Global.

É necessária uma nova economia que proteja a natureza que nos sustenta, com regras comerciais baseadas na solidariedade e cooperação em vez de competição e destruição. As políticas comerciais devem levar em conta os custos humanos e ambientais de como e o que é consumido. Finalmente, nenhum acordo internacional que Bolsonaro possa usar como instrumento político para legitimar sua política antiambiental e antidireitos deve ocorrer.

Introdução

O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul teria consequências fatais ao planeta e às pessoas. Não deve se concretizar qualquer acordo que recompense as políticas de Bolsonaro. Acordos comerciais prejudiciais como o acordo UE-Mercosul minam o dever da UE de lidar com sua própria pegada ecológica sobre o planeta. Relações comerciais mais estreitas ou comércio de créditos de carbono com o governo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro recompensam uma agenda que é contra os direitos humanos e o meio ambiente.

Autoridades brasileiras e representantes do agronegócio, no contexto das negociações comerciais e ambientais, formaram uma visão distorcida das reais consequências das políticas de Bolsonaro. Recentemente, na COP 26 em Glasgow, evento no qual a delegação brasileira anunciou compromissos climáticos enganosos¹, o governo atrasou a divulgação dos números anuais do desmatamento que revelaram um aumento da taxa de desmatamento de quase 22%. Ainda mais preocupante, os mesmos legisladores brasileiros que compareceram à COP, ao retornarem ao Brasil, começaram a apressar uma radical legislação antiambiental que piora o desmatamento, recompensando a grilagem de terras, ameaçando as terras dos povos indígenas ou acabando com o licenciamento ambiental participativo.

Políticas do presidente Jair Bolsonaro estão sacrificando comunidades e ecossistemas naturais necessários para sustentar a vida no planeta. Em apenas três anos, as políticas do presidente brasileiro resultaram em uma drástica degradação da natureza, das comunidades e da biodiversidade. Este relatório destaca as muitas dimensões das consequências de seu governo. No governo de Bolsonaro, o desmatamento da Amazônia aumentou 75,6% e os alertas de focos de incêndio cresceram 24%. As emissões de gases de efeito estufa no Brasil aumentaram 9,5% desde que Bolsonaro tomou posse. Em grande parte, esses aumentos podem ser atribuídos ao desmantelamento sistemático de políticas e práticas de fiscalização que protegem o meio ambiente e o clima. Os direitos dos povos indígenas foram prejudicados como resultado da ação de Bolsonaro. O número de conflitos de terra no Brasil aumentou 40%. Os direitos civis e as organizações da sociedade civil também estão sob ameaças crescentes, incluindo organizações não-governamentais (ONGs). Em 2019, Bolsonaro culpou as ONGs por terem causado os desastrosos incêndios na Amazônia.²

“ Vocês sabem que as ONGs, em grande parte, não têm vez comigo. A gente bota para quebrar em cima desse pessoal lá. Não consigo matar esse câncer em grande parte chamado ONG que tem na Amazônia. ”

Presidente Bolsonaro
em setembro de 2020³

GRUPO PEARL

Políticos gananciosos e corporações poderosas continuam a enriquecer às custas do planeta e da sociedade. Os impactos disso sobre as pessoas não são distribuídos igualmente. Os grupos marginalizados sofrem um impacto desproporcional, como resultado das opressões e injustiças estruturais, sociais e raciais que os afligem. Políticas desumanas e injustas também estão destruindo o meio ambiente e o clima. A crise climática está se acentuando, conforme observado pelo aumento do degelo, das inundações e de outros eventos climáticos extremos. A extinção global de espécies está ocorrendo de forma acelerada, com 25% das espécies animais e vegetais em todo o mundo em risco de extinção e cerca de 60 mil espécies desaparecendo a cada ano. Ecossistemas importantes como florestas, campinas, pântanos e savanas estão sendo destruídos. Quando o equilíbrio da natureza entra em colapso, todas as nossas vidas também são afetadas. A proteção de ecossistemas importantes, como a Floresta Amazônica e o Pantanal, é essencial em tempos de crise climática e de perda acelerada da biodiversidade.

A UE é cúmplice da crise climática e da biodiversidade que ocorre em lugares como o Brasil. De fato, ela é um dos principais importadores e financiadores de produtos agrícolas que causam desmatamento. Mas em vez de levar a sério seus próprios compromissos climáticos e de sustentabilidade e tomar ações que lidem com seu papel no agravamento da crise, a UE tem priorizado um acordo comercial com os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

O comissário de comércio da UE, Valdis Dombrovskis, está determinado a levar adiante o acordo entre União Europeia e Mercosul, ignorando que o governo brasileiro não tem qualquer intenção de reverter sua agenda destrutiva e melhorar a situação local. Noruega e Alemanha, que são países doadores do Fundo Amazônia, congelaram suas contribuições, e os Estados Unidos, até o momento, optaram em não fazer um acordo com Bolsonaro para destinar

fundos à conservação. Diante das evidências em contrário, Dombrovskis afirmou acreditar que o Brasil vai melhorar seu histórico ambiental nos próximos meses. Enquanto isso, o Brasil continua reduzindo o orçamento de seus órgãos ambientais. O país está usando o mesmo manual nos últimos três anos, que resultou em repetidos recordes de desmatamento. Além disso, as ameaças vão além do apoio passivo ao desmatamento. O Congresso Brasileiro quer aprovar um conjunto de projetos de lei que vão agravar a situação, prejudicando a Amazônia ao recompensar criminosos que lucram com atividades que resultam em mais desmatamento e violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais.⁴

A destruição ambiental e as violações dos direitos humanos não podem ser ignoradas. A política de aspirantes a autocratas, como Bolsonaro no Brasil, ameaça a todos nós, e a UE tem que parar de ser cúmplice dessas violações.

Uma coisa é certa: a União Europeia não pode recompensar, com um acordo comercial, as políticas destrutivas de Bolsonaro em relação ao meio ambiente e aos povos.

A UE tem de impedir o acordo UE-Mercosul de uma vez por todas e redesenhar completamente sua política comercial para dar prioridade à proteção das pessoas e da natureza em lugar de priorizar os interesses das empresas. Além disso, a UE precisa tomar medidas para deter a destruição das florestas e dos ecossistemas no nível global. Para isso, a UE precisa adotar uma lei rigorosa⁵ para evitar que commodities e produtos derivados ligados ao desmatamento, à degradação florestal, à conversão e degradação de ecossistemas e à violação dos direitos humanos sejam levados ao Mercado Comum Europeu. Em novembro de 2021, a Comissão Europeia apresentou a proposta de regulação da UE sobre produtos livres de desmatamento⁶. O Greenpeace classificou a proposta como um primeiro passo para proteger as florestas do mundo - mas ela ainda tem grandes lacunas, deixando vulneráveis os ecossistemas vitais em muitas partes do mundo.

Como chegamos até aqui

Após vinte anos de negociações, a Comissão Europeia anunciou, no dia 28 de junho de 2019, a conclusão de um acordo de livre comércio que foi qualificado pela Comissão da UE como um “acordo de livre comércio abrangente”⁷ com os quatro membros fundadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul): Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Antes de entrar em vigor, o acordo ainda precisa passar por vários processos de ratificação (na Europa: Conselho da UE, Parlamento Europeu e provavelmente os parlamentos dos países membros da UE; nos países do Mercosul: parlamentos nacionais).

Há atualmente um desacordo entre os Estados-membros da UE sobre o acordo comercial. Alguns países criticaram os termos do acordo e suas prováveis consequências. Na Áustria, por exemplo, existe uma resolução parlamentar⁸ de 2019 que obriga o governo a votar contra o acordo comercial no Conselho para evitar a conclusão do acordo.

Do outro lado estão países que pressionam pela conclusão do acordo comercial, desconsiderando as enormes consequências ambientais em troca de um benefício econômico mínimo, que só chegará a uma pequena elite.⁹ A Alemanha, ao menos no governo de Merkel, é a maior força motriz por trás do acordo, e algumas de suas indústrias seriam as maiores beneficiadas, especialmente as indústrias automotiva, química e farmacêutica, bem como de engenharia mecânica e elétrica¹⁰.

Uma análise recente de especialistas em política comercial prevê que os trabalhadores dessas indústrias na França, Alemanha e Itália não verão nenhum benefício porque o acordo de livre comércio continuará o círculo vicioso de crescente desigualdade e desindustrialização.¹¹ Além disso, a análise prevê que as economias da UE e do Mercosul se tornarão menos produtivas, mais desiguais e mais vulneráveis.¹²

O acordo comercial faz parte de um Acordo de Associação UE-Mercosul mais amplo. Por meio de um vazamento¹³, o Greenpeace possibilitou acesso público aos documentos de negociação em outubro de 2020, que foram mantidos em segredo por décadas e ainda não foram publicados oficialmente. A análise desses documentos revelou que o acordo UE-Mercosul apresenta grandes lacunas nas áreas de proteção do clima e do meio ambiente, proteção da democracia e transparência. Medidas de proteções climáticas e ambientais não podem ser aplicadas e garantidas, e são apenas um exemplo que mostra que o acordo UE-Mercosul segue uma abordagem para a política comercial típica do século passado.

O acordo UE-Mercosul não só não dá conta dos atuais problemas e desafios ambientais e sociais como os agrava. No contexto de uma crise climática global e de perda dramática da biodiversidade, trata-se de um fracasso que não pode ser tolerado.

Estrago feito – “Efeito Bolsonaro”

Desmatamento

Desde que Bolsonaro tomou posse, a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou em mais de 75%

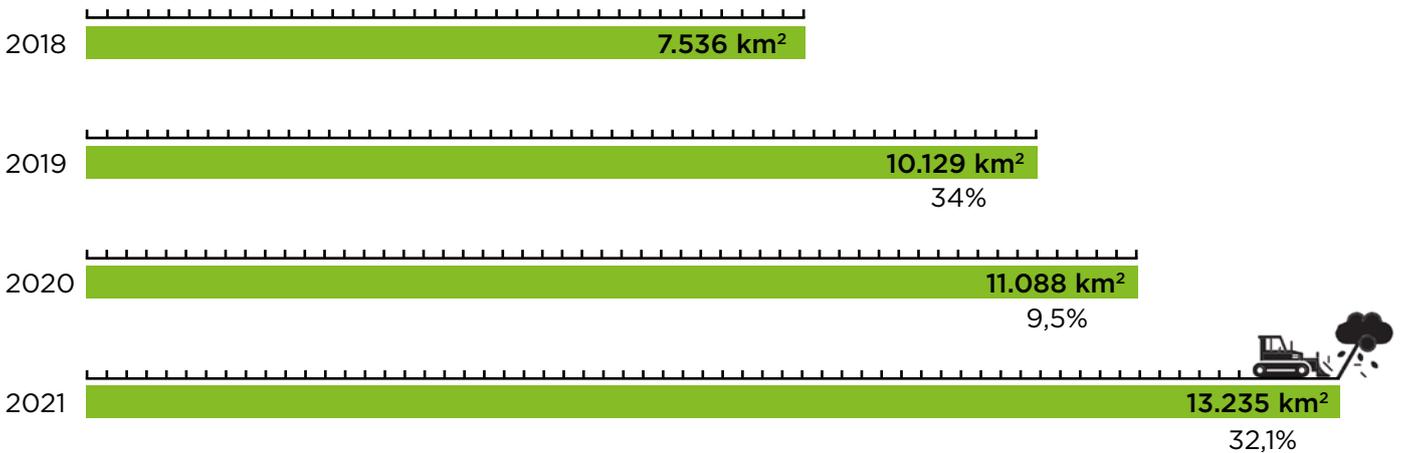


O desmatamento é uma preocupação particularmente importante nas florestas tropicais, que abrigam grande parte da biodiversidade mundial.

Quando Bolsonaro assumiu a presidência, a taxa anual de desmatamento na Amazônia, anunciada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em novembro de 2018, era 7.536 km². Três anos depois, o INPE anunciou que, entre agosto de 2020 e julho de 2021, foram desmatados 13.235 km² na Amazônia, uma taxa de desmatamento 75% superior à de 2018. Os números chegaram uma semana depois da COP 26. Aparentemente, o governo brasileiro atrasou a divulgação dos dados para não prejudicar sua imagem no cenário mundial em Glasgow.¹⁴

Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia aumentou 34% em relação ao ano anterior, de 7.536 km² para 10.129 km². Em 2020, o dano foi ainda maior, com novo aumento de 9,5%, representando perda de mais 11.088 km² de floresta, o maior valor desde 2008. Isso ocorreu após um período de redução significativa do desmatamento na Amazônia brasileira entre 2004 (27.772 km²) e 2012 (4.571 km²), uma redução de quase 84%, que estava alinhada com os compromissos anteriores do Brasil em diversos acordos internacionais.¹⁵

Desmatamento na Amazônia



Fonte: INPE, 2021

**Bolsonaro substituiu
medidas eficazes por
planos falsos para combater
o desmatamento**

No início de seu governo, Bolsonaro engavetou recursos, políticas e práticas decorrentes do histórico Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)¹⁶. Criado em 2004 após um recorde de devastação, o PPCDAm desempenhou um papel fundamental na queda de 84% no desmatamento entre 2004 e 2012.

Dias antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima de abril de 2021 organizada pelo governo Biden,¹⁷ o governo Bolsonaro divulgou seu próprio Plano Amazônia 2021/2022 que consiste em uma "meta de redução do desmatamento" para 2022 que permitiria aumento do desmatamento em 16% em comparação às taxas de desmatamento de 2018, ano em que Bolsonaro foi eleito. Depois de ter passado os últimos anos minando ativamente os órgãos governamentais responsáveis por fazer cumprir as leis contra o desmatamento, Bolsonaro anunciou que o Brasil acabaria com o desmatamento ilegal até 2030. Poucos tomaram essa promessa como sincera e, no dia seguinte à sua divulgação, Bolsonaro cortou o orçamento ambiental do Brasil¹⁸ para 2021 em 24%.



A Floresta Amazônica possui cerca de 16 mil espécies distintas de árvores que estão ameaçadas pelo desmatamento.

Incêndios florestais

Desde que Bolsonaro tomou posse, os focos de incêndio nos biomas brasileiros aumentaram em até 218%

Além do aumento do desmatamento, queimadas para remover a vegetação também aumentaram a destruição dos biomas brasileiros. Dados trienais divulgados pelo Inpe¹⁹ mostram que o número médio de focos de incêndio entre 2019 e 2021²⁰ aumentou em todos os biomas brasileiros em comparação aos três anos anteriores. Para a Amazônia, deve-se notar que o verão na Amazônia em 2021 foi curto e chuvoso. Portanto, os focos de incêndio foram comparativamente baixos. Isso contribuiu para um aumento médio de apenas 1% para a Amazônia. A situação em outros biomas foi muito pior: aumentos de 15% no Cerrado, 218% no Pantanal, 22% na Mata Atlântica, 29% na Caatinga e 43% no Pampa. Esses incêndios são provocados ilegalmente, apesar das proibições sazonais de queima.



O Pantanal registrou nos últimos três anos os piores incêndios florestais já registrados.

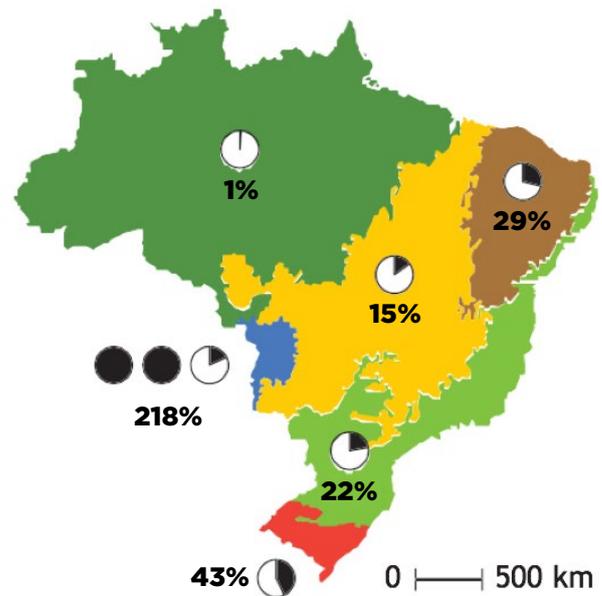
“ Agora, Leonardo DiCaprio é um cara legal, não é? Dando dinheiro para tacar fogo na Amazônia. ”

Jair Bolsonaro em novembro de 2019²¹

Em comparação aos anos 2017/2018, os incêndios florestais aumentaram drasticamente em 2019/2020 e causaram a destruição de importantes biomas



Fonte: INPE, 2021



“ Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. ”

Jair Bolsonaro em setembro de 2020²²

Bolsonaro mentiu descaradamente sobre as causas dos incêndios recordes que queimaram áreas úmidas, florestas tropicais e savanas no Brasil. Quando não está culpando ONGs ou os povos indígenas, ele afirma que os incêndios estão ocorrendo naturalmente como resultado das mudanças climáticas, a fim de encobrir o fato de que eles são causados deliberadamente por proprietários de terras que sabem que ele não cumprirá as leis existentes contra incêndios e desmatamento ilegais.

Um estudo do Banco Mundial descobriu que, embora os povos indígenas representem apenas 5% da população global, eles protegem cerca de 80% da biodiversidade do mundo.²³ Em 2019, a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) descobriu que a diminuição dos ecossistemas naturais nos territórios indígenas é menor que em outras áreas.²⁴ De acordo com esses dados, latifundiários, assim como multinacionais, são responsáveis pela maior parte do desmatamento na Amazônia.²⁵

Os principais motores do desmatamento na Amazônia brasileira continuam a ser a pecuária e as monoculturas para produção de commodities agrícolas.²⁶ Na Amazônia, chegou a 56% em 2020, enquanto em outras partes do mundo é geralmente responsável por 40% do desmatamento.²⁷ O desmatamento geralmente precede os incêndios florestais, que são usados para limpar a vegetação remanescente.

Enquanto a crise climática intensifica as secas e as temperaturas também no Pantanal, fontes

oficiais brasileiras afirmam que os humanos são responsáveis por até 98% dos incêndios no Pantanal.²⁸

Na Amazônia, os incêndios são causados predominantemente pela atividade humana. Em um ecossistema tão úmido como a Floresta Amazônica, o fogo com ignição natural, causado por um raio, por exemplo, é extremamente raro. Estima-se que esse tipo de incêndio ocorra apenas a cada 500 anos.²⁹

“ O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição. ”

Jair Bolsonaro em setembro de 2020³⁰

“ Além de queimadas, há os incêndios criminosos e os que ocorrem de forma natural, especialmente no verão amazônico, tendo em vista o clima e a vegetação mais secos. ”

Vice-presidente Hamilton Mourão em agosto de 2020³¹

Clima

Desde que Bolsonaro
tomou posse,
as emissões brasileiras
de gases de efeito estufa
aumentaram 9,5%

Dados coletados pelo Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), projeto desenvolvido pelo Observatório do Clima, uma rede de mais de 50 organizações não-governamentais no Brasil, mostram que as emissões de gases de efeito estufa aumentaram 9,5% desde a posse de Bolsonaro. Os dados mostram que as maiores emissões de gases de efeito estufa se deram devido a mudanças no uso do solo, que correspondem ao aumento do desmatamento, especialmente na Amazônia. Em 2020, foram liberadas 2,16 bilhões de toneladas contra 1,97 bilhão em 2019. É a maior emissão desde o ano de 2006.^{32 33}



Mudanças no uso da terra, pecuária e agricultura causam altos níveis de emissões no Brasil.

Os acordos climáticos têm sido violados

Em 2020, a atualização do Brasil de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)³⁴ violou os termos do Acordo de Paris ao reduzir as ações relativas à promessa do país, o que resultou em uma ação movida por jovens ativistas³⁵ e ex-ministros do meio ambiente contra o governo Bolsonaro. Durante a COP 26, o Brasil anunciou novas metas para sua NDC, reduzindo as emissões de 43% a 50% até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050 em vez de 2060.

Embora as novas metas pareçam mais ambiciosas que a anterior, o governo não esclareceu qual é a nova referência para o cálculo desse ajuste na NDC. Análise da ONG brasileira Observatório do Clima³⁶ concluiu que a nova meta de NDC do Brasil, no melhor cenário, é igual a uma redução prometida no governo de Dilma Rousseff em 2015.

De acordo com a nova NDC do Brasil, isso cria novas regras para cálculos de emissões que permitem ao presidente brasileiro exagerar a quantidade de emissões evitadas. Embora as manchetes em relação à NDC pareçam ser cada vez mais ambiciosas, essas novas brechas permitem a aparência de progresso enquanto as emissões permanecem altas.

O Brasil “se maquiou de verde” para a COP 26

Apesar de o governo brasileiro ter assinado um acordo na COP 26 para reduzir em 30% a emissão de metano até 2030, documentos vazados³⁷ apenas alguns dias antes da Conferência revelaram que o Brasil fez lobby para o relatório do IPCC de 2021 para remover descobertas sobre os benefícios climáticos de promover dietas “à base de plantas” e de reduzir o consumo de carne e laticínios.

Direitos indígenas e humanos

Povos indígenas - Bolsonaro mira os Guardiões da Floresta

Contribuição de Fernanda Bortolotto, assessora internacional da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil)³⁸

Antes mesmo de ser eleito presidente, Bolsonaro já disseminava declarações racistas contra nossos povos e declarava que seu governo não demarcaria nem sequer um centímetro de terra indígena. O que antes pensávamos se limitar a uma retórica de ódio, que já era terrível, hoje virou política pública. O Estado Brasileiro atua como o principal inimigo dos povos indígenas, aliando-se aos interesses daqueles que querem nos ver mortos ou removidos de nossas terras, para transformá-las em fonte de lucro e destruição. O que relatamos a seguir não são atos isolados: os ataques e as ameaças contra nossas vidas fazem parte de uma política de Estado complexa e articulada, abertamente anti-indígena, ecocida e genocida.

Com a pandemia da Covid-19, é ainda mais evidente o descaso com a vida dos povos indígenas no governo Bolsonaro. Mais de mil povos indígenas tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus, e o governo não assumiu a responsabilidade de implementar ações urgentes para conter a Covid-19 entre comunidades indígenas. Há um desmantelamento alarmante das instituições responsáveis pelas políticas indígenas, incluindo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Ainda hoje, com a vacinação em andamento, revela-se o tamanho do descaso de nossos povos por parte deste governo: menos de 1% do orçamento destinado à prevenção da Covid-19 foi executado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). E, na contramão do que apontam os estudos científicos, o governo federal havia usado nossas comunidades como depósitos de hidroxicloroquina, medicamento ineficaz no combate ao vírus.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), principal órgão governamental responsável pela proteção das terras indígenas e pela implementação da política indigenista, tem tido ações totalmente controversas em relação às suas atribuições. Seu atual presidente, Marcelo Augusto Xavier da Silva, publicou, no dia 22 de abril de 2020, a Instrução Normativa nº 09, norma na qual autoriza a emissão de títulos de propriedade privada dentro de terras

indígenas pendentes de demarcação. Xavier da Silva atuou como assessor da bancada do agronegócio no Congresso Nacional.

Em maio de 2021, a líder indígena Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e o líder indígena Almir Suruí enfrentaram retaliação do governo por criticar Bolsonaro e seu Ministério pela má gestão contínua da Covid-19. Surpreendentemente, a convocação dessas lideranças indígenas pela Polícia Federal foi motivada por solicitação da própria Funai.

Não são casos isolados. A criminalização brasileira de defensores da terra e de defensores de direitos humanos, incluindo povos indígenas, é uma realidade. Essas figuras, ainda hoje, continuam vulneráveis a ataques aos seus direitos e até mesmo às suas vidas.

Os ataques contra os povos Yanomami e Munduruku se intensificaram nos últimos meses de 2021, mas nenhuma intervenção foi feita pelo governo brasileiro. A terra indígena Munduruku, que aguarda demarcação, sofre com um aumento ostensivo de violações por garimpeiros e madeireiros, incentivados pelo presidente Jair Bolsonaro. No dia 25 de março de 2021, a Associação de Mulheres Munduruku Wakoborun, no município de Jacareacanga, Pará, foi alvo de um ataque perpetrado por garimpeiros e seus aliados, tendo sua sede depredada e incendiada.

Na terra indígena Yanomami, existem cerca de 20 mil garimpeiros ilegais que invadiram o território. Os ataques dos garimpeiros se tornaram cada vez mais violentos. No dia 11 de maio de 2021, garimpeiros abriram fogo com armas automáticas contra a comunidade Yanomami, e lideranças indígenas relataram que duas crianças, uma de 1 e outra de 5 anos de idade, perderam a vida no ataque. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Escritório Regional da América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos expressaram sua grave preocupação com os atos de violência que afetam os povos indígenas Yanomami e Munduruku no Brasil. Esses órgãos chamaram o Estado a cumprir seu dever de proteger a vida, a integridade pessoal, os territórios e os recursos naturais dos povos ameaçados.

O Supremo Tribunal Federal (STF), na qualidade de instituição que fiscaliza o cumprimento de nossa Constituição, está deliberando sobre a questão mais polêmica envolvendo os povos indígenas: a tese do “Marco Temporal”. Esse debate está ocorrendo nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.017.365, que envolve os povos Xokleng, Kaingang e Guarani da terra indígena Xokleng La Klaño, no estado de Santa Catarina. Em causa neste julgamento está o debate sobre a tese do Indigenato (Direito de Origem Congênito) e a tese do Fato Indígena (Marco Temporal), que a bancada ruralista insiste em consagrar, argumentando que os povos indígenas só teriam direito às suas terras se tivessem posse física delas no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa Constituição.

Qualquer vitória desses argumentos implicará na anulação dos procedimentos de demarcação e no aumento dos conflitos e atos de violência contra povos e comunidades indígenas, além de diversos atos ilícitos como mineração, desmatamento e grilagem de terras, incentivados até mesmo pelo atual governo. Esse caso e seu precedente, que pode definir o futuro dos povos indígenas em todo o Brasil, foi retomado pelo Tribunal em agosto de 2021, e ainda está pendente uma decisão.

Ações judiciais foram movidas por povos indígenas para responsabilizar o governo Bolsonaro pela má gestão da pandemia e pelo genocídio de grupos étnicos.

- Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 709: ajuizada perante o STF pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em julho de 2020, juntamente com outros seis partidos políticos (PSB, REDE, PSOL, PT, PDT e PC do B), determinou que

o governo federal adotasse medidas para conter o avanço da pandemia em territórios indígenas. Essa ação é o grito de socorro dos povos indígenas no Judiciário. Em síntese, a organização indígena invoca o sagrado direito de existir, de não ser exterminada, e busca medidas para prevenir o genocídio e o etnocídio dos povos indígenas do Brasil.

- Apelo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e à CIDH: no dia 7 de julho de 2021, a APIB, juntamente com a Coiab, a Comissão Arns, o ISA e a Conectas Direitos Humanos apresentaram representações junto às Nações Unidas e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, exigindo medidas urgentes para impedir a aprovação do PL 490.
- No Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto de 2021), a APIB, por meio de seu braço legal, apresentou queixa contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional (TPI), por crimes de genocídio cometidos contra nossos povos. O documento detalha toda a linha do tempo de ações e omissões do governo federal, sob comando de Bolsonaro, que resultam no aumento da violência em nossos territórios, incluindo o assassinato de lideranças e a morte de mais de 1 mil indígenas vítimas da Covid-19 (agosto 2021).
- No dia 19 de junho de 2019, Bolsonaro disse que “não assinaria nenhuma nova reserva indígena no Brasil”, em conversa com jornalistas na cidade de Guaratinguetá⁴³, efetivamente atrasando ainda mais centenas de petições de povos indígenas para restaurar os direitos à terra.

Ações judiciais movidas por povos indígenas para responsabilizar Bolsonaro pela má gestão da pandemia e pelo genocídio de grupos étnicos:

- Líderes indígenas brasileiros solicitaram ao Tribunal Penal Internacional (TPI) que investigue Bolsonaro⁴⁴ por "crimes contra a humanidade", acusando-o de danos ambientais sem precedentes, assassinatos e perseguição. O cacique Raoni Metuktire, líder do povo Kayapó, e o cacique Almir Narayamoga Surui, líder da tribo Paiter Surui, apresentaram a reclamação ao órgão de Haia em 22 de janeiro de 2021.
- A ação judicial ADPF 709⁴⁵, movida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Clínica dos Direitos Fundamentais e seis partes no Supremo Tribunal Federal é um pedido para responsabilizar o fracasso do governo federal em combater a pandemia e exigir medidas quanto ao risco de genocídio em diferentes etnias.

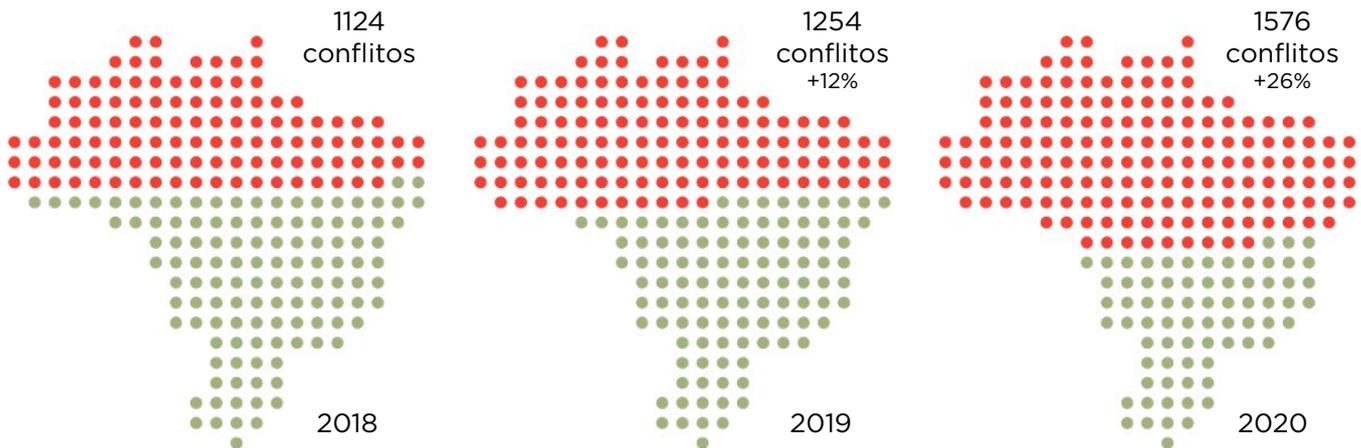
Conflitos Fundiários

Desde que Bolsonaro tomou posse, o número de conflitos por terras no Brasil aumentou mais de 40%

Dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴⁶ mostram que os primeiros dois anos do governo Bolsonaro foram marcados por um aumento no número de conflitos por terras e mortes de pessoas que estavam defendendo seus territórios. Os conflitos aumentaram de 1.124 em 2018 para 1.254 em 2019, um aumento de quase 12%.⁴⁷

Em 2020, os números foram maiores em quase 26%. Das 1.576 disputas por terras, o maior número desde 1985, 656 envolveram povos indígenas.⁴⁸

Conflitos fundiários



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2021

As terras dos povos indígenas e as pessoas que atuam pela defesa do meio ambiente e dos direitos humanos estão cada vez mais ameaçadas.

Conflitos rurais resultaram na morte de 32 pessoas em 2019⁴⁹, incluindo trabalhadores sem-terra, povos indígenas e ambientalistas. Dessas 32 pessoas, nove eram indígenas, o maior número nos últimos 11 anos. Um deles foi Paulo Paulino Guajajara, indígena dos Guardiões da Floresta⁵⁰ que lutava para proteger a Amazônia contra os madeireiros.

Dos 18 assassinatos relacionados a conflitos por terra no Brasil⁵¹ registrados pela Comissão Pastoral da Terra em 2020⁵², sete foram de indígenas. Além das mortes por homicídio registradas em

2020, 35 pessoas foram vítimas de tentativas de homicídio (12 delas indígenas) e 159 pessoas sofreram ameaças de morte, sendo 25 delas indígenas.

Segundo matéria do Repórter Brasil⁵³, mais de um ano depois do assassinato de 32 pessoas em 2019, 61% das investigações desses crimes não foram concluídas, e não houve nenhuma condenação. Apenas um caso foi encerrado, o de um indígena dado como morto por afogamento – embora sua família não aceite esta versão, relatando que havia ferimentos em seu corpo.⁵⁴



Defender a terra e a floresta é causa de assassinatos na Floresta Amazônica.

Hoje, os criminosos da floresta
enfrentam menos punições
e se aproveitam da não
aplicação da lei

O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerado em 2021, criou um sistema⁵⁵ em que inspetores e infratores se encontravam antes da aplicação de multas. Como resultado, o número de multas aplicadas atingiu o mínimo histórico.⁵⁶ Ao mesmo tempo, os povos indígenas relataram que suas reclamações sobre invasões de terras e desmatamento não estão sendo ouvidas pelas autoridades competentes.⁵⁷

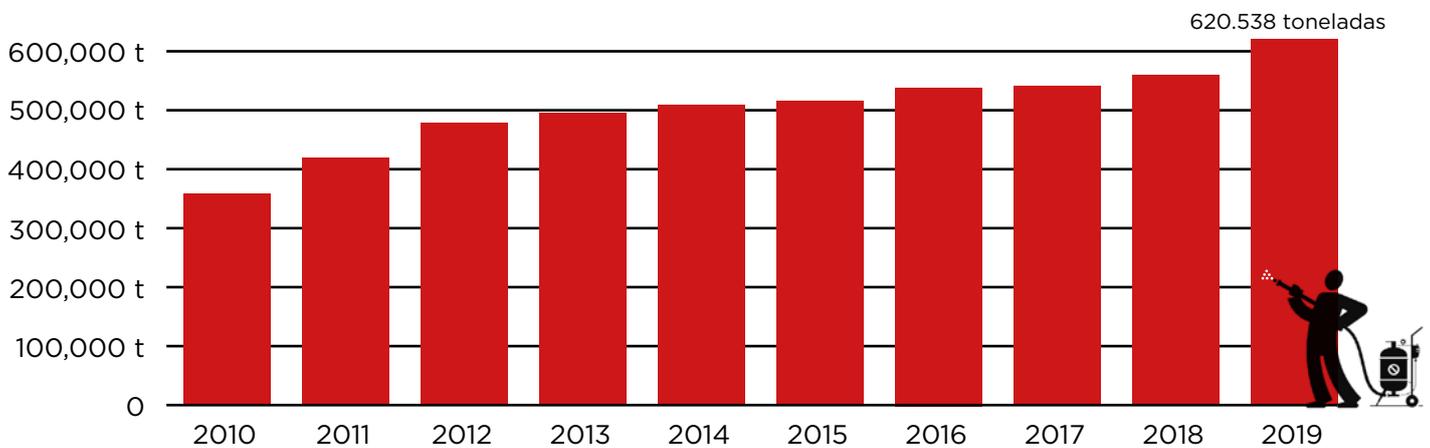
Agrotóxicos

Desde que Bolsonaro tomou posse, a quantidade de agrotóxicos utilizados no Brasil passou de 600 mil toneladas por ano pela primeira vez na história



Em 2020, 493 novos agrotóxicos foram aprovados para uso no Brasil.

Uso de agrotóxicos no Brasil (2010 a 2019)

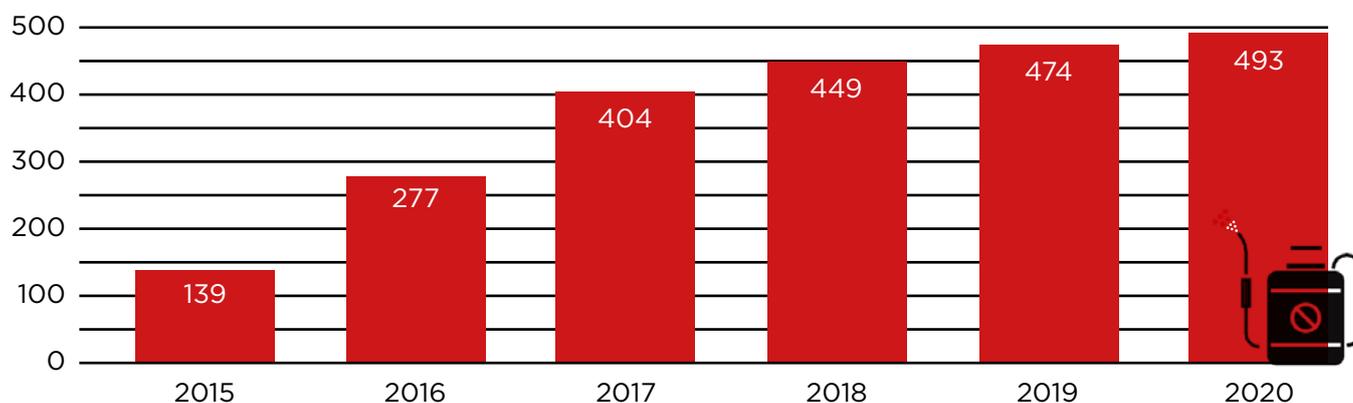


Fonte: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021.

Quase 1.500 novos agrotóxicos foram aprovados para uso

De acordo com um estudo⁵⁸ realizado pela pesquisadora brasileira Larissa Bombardi, o governo Bolsonaro bateu recordes de aprovação de agrotóxicos em seus dois primeiros anos de mandato. Em 2019, 474 novos agrotóxicos foram aprovados e, em 2020, esse número chegou a 493 (ver figura abaixo). Entre os agrotóxicos aprovados e utilizados no Brasil, boa parte deles contém ao menos uma das 37 substâncias ativas não permitidas para uso na UE, que têm elevados níveis de toxicidade e são perigosas para a saúde humana e o meio ambiente.⁵⁹ Por exemplo, o herbicida atrazina, proibido na UE desde 2004,⁶⁰ pode ser encontrado em mais de 70 produtos comercializados no Brasil atualmente.⁶¹

Aprovação anual de novos agrotóxicos (produtos comerciais)



Fonte: Larissa Mies Bombardi, 2021.



Relações tóxicas: o Greenpeace publicou dois testes de agrotóxicos de frutas exportadas do Brasil para a Áustria⁶² e Alemanha⁶³. Os testes revelaram resíduos de substâncias ativas não autorizadas na União Europeia em frutas vendidas no mercado europeu.

Finanças e política

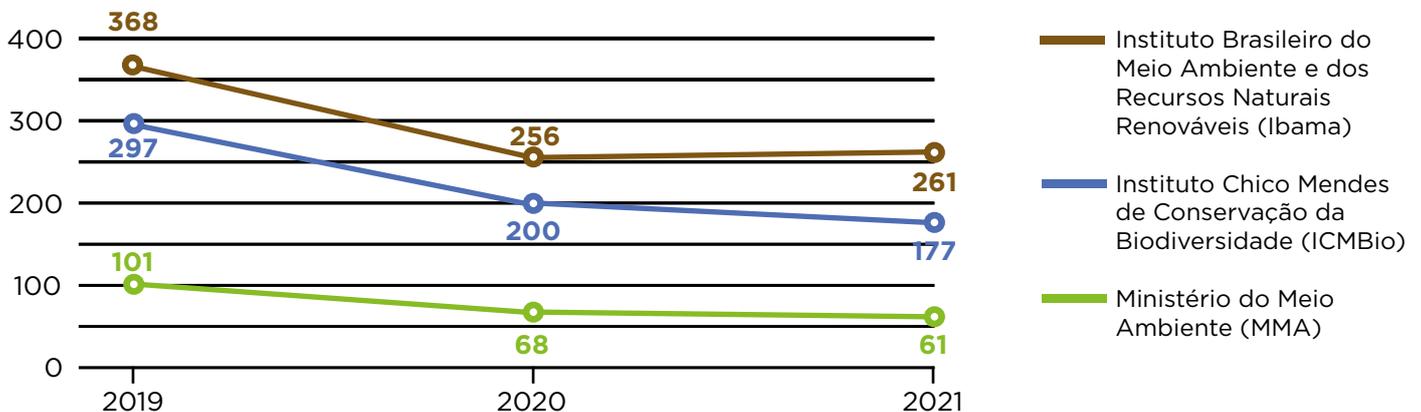
Desde que Bolsonaro tomou posse, o orçamento dos órgãos ambientais foi reduzido para os mesmos níveis de 2010.

Desde a posse de Bolsonaro, em 2019, os orçamentos dos órgãos ambientais sofreram cortes. O orçamento do Ibama foi reduzido em 30,4% entre 2019 e 2020, e o orçamento do ICMBio foi reduzido em 32,7% no mesmo período. Para 2021, o orçamento total do Ministério do Meio Ambiente foi de R\$ 2,4 bilhões, o menor desde 2010.⁶⁴

“Precisamos fazer um esforço enquanto estamos neste momento calmo em termos de cobertura da imprensa, porque eles estão falando apenas sobre a Covid, para pressionar e mudar todas as regras e simplificar as normas.”

Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente à época (abril de 2020⁶⁵)

Orçamento dos Órgãos Ambientais (em milhões de reais)



Fonte: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021.

Para 2022, a previsão orçamentária para fiscalização dos órgãos ambientais melhorou, passando de R\$ 135 milhões em 2021 para R\$ 328 milhões em 2022, em função do desgaste político do governo devido à má conduta da política ambiental. No entanto, análises mostram⁶⁶ que a execução dos orçamentos atribuídos tem sido problemática, onde 79% dos recursos previstos em 2020 foram efetivamente executados e 62% dos recursos previstos em 2021 foram executados. Além disso, até setembro de 2021, foram gastos

pelos órgãos ambientais apenas 22% do orçamento para combater o desmatamento e as queimadas.⁶⁷

Isso demonstra que não apenas a previsão orçamentária, mas também sua execução, são fatores relevantes para avaliar a real capacidade dos órgãos ambientais em desempenhar suas funções, e os dados apontam para a não execução da política ambiental.



Por todo o Brasil, indígenas formaram brigadas para combater os incêndios florestais.

Equipes de proteção ambiental têm sido reduzidas drasticamente

As instituições ambientais do Brasil perderam quase 10% de seus funcionários desde janeiro de 2019, seja por demissão voluntária ou por serem demitidos. Em alguns casos que receberam bastante atenção, agentes de fiscalização foram realocados em retaliação ao cumprimento das regulamentações. Em 1º de janeiro de 2019, os três órgãos ambientais principais tinham um total de 5.794 funcionários ativos. Em fevereiro de 2021,

esse número caiu para 5.216.⁶⁸ Isso inclui cortes de pessoal no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e nos principais órgãos fiscalizadores: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em uma carta aberta de abril de 2021, servidores do Ibama denunciaram os cortes no orçamento e ordens executivas de Bolsonaro que estão sabotando sua capacidade de emitir multas e garantir a aplicação das proteções ambientais.⁶⁹

Para 2022, a análise mostra⁷⁰ que o Ibama terá menos de 50% de suas vagas preenchidas – 2.169 ocupadas com mais de 2.740 vagas. O mesmo vale para o ICMBio: patrulhas e fiscalizações previstas para 2020 mobilizaram 55% dos agentes do órgão⁷¹.

O governo Bolsonaro quer ajuda financeira internacional mas sem restrições e contrapartidas

Em abril de 2021, o governo Joe Biden fez negociações por várias semanas em prol de um acordo ambiental com o governo Bolsonaro. Esperava-se que tal acordo fosse anunciado na Cúpula do Clima convocada pelo presidente dos Estados Unidos em abril. Durante as negociações Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente à época, ofereceu uma redução de 30% a 40% do desmatamento na Amazônia, mas apenas sob a condição⁷² de receber US\$ 1 bilhão do governo dos Estados Unidos. Salles afirmou: “Se tivermos os recursos de US\$ 1 bilhão (...) a partir de 1º de maio por um período de 12 meses, é possível ter um compromisso de reduzir o desmatamento entre 30% e 40%”.⁷³ Bolsonaro, em carta enviada a Joe Biden antes da Cúpula, se comprometeu a acabar com o desmatamento ilegal até 2030, mas também condicionou⁷⁴ essa promessa a receber “recursos vultosos”, e disse que o país precisava do apoio da comunidade internacional, do setor privado e da sociedade civil para atingir esse objetivo.

Organizações da sociedade civil brasileira enviaram carta⁷⁵ ao governo americano avisando que o acordo seria uma “maquiagem verde” no histórico ambiental de Bolsonaro, legitimando suas ações junto à comunidade internacional. Até o momento, Biden não anunciou um acordo de conservação envolvendo pagamentos por desempenho a esse respeito.

Outro exemplo: os países doadores do Fundo Amazônia sabem que dinheiro não é o problema. O Fundo Amazônia⁷⁶, que tem

quase a totalidade de seus recursos vindos da Alemanha e da Noruega⁷⁷, foi abandonado e não utilizado por Bolsonaro. Bolsonaro evitou usar o Fundo Amazônia porque o Fundo estabeleceu salvaguardas abrangentes informadas por cientistas, pela sociedade civil, por grupos indígenas e outras partes interessadas. A rejeição desses fundos e os pedidos de novas fontes de financiamento por Bolsonaro indicam que ele está interessado em pagamentos para conservação que, na verdade, possam ser usados como um fundo secreto pessoal e direcionados para quem ele quiser. Tanto a Alemanha quanto a Noruega congelaram suas contribuições em 2019 devido ao aumento do desmatamento na Amazônia.⁷⁸

O ministro do meio ambiente renunciou por ter sido acusado de envolvimento na extração e venda ilegal de madeira

Ricardo Salles está sob investigação do Supremo Tribunal Federal devido à denúncia do ex-chefe da Polícia Federal do estado do Amazonas, que acusou Salles de interferir em investigações sobre exportações ilegais de madeira. Após denunciar Salles no Supremo Tribunal Federal, o chefe regional da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, foi afastado do cargo.⁷⁹

Em 23 de junho de 2021, Salles renunciou⁸⁰ alegando que as investigações em andamento tornavam sua situação como ministro insustentável, comprometendo a imagem internacional do Brasil. Bolsonaro elogiou publicamente o mandato de Salles e o substituiu por Joaquim Álvaro Pereira Leite, que provou ser uma continuidade da sabotagem de Salles ao MMA.



A extração ilegal de madeira é um dos maiores problemas ambientais do Brasil.

Estado de Direito

Desde que Bolsonaro tomou posse, as leis que protegem os direitos indígenas e o meio ambiente têm sido sistematicamente sabotadas

Por mais danos que Bolsonaro já tenha causado no cargo, ele e seus aliados no Congresso estão empenhados em aumentar ainda mais o impacto de sua agenda. Uma série de projetos de lei⁸¹ que estão sendo analisados de maneira apressada pelos aliados de Bolsonaro no Congresso vão trazer um grande prejuízo à proteção ambiental em todo o Brasil e vão ameaçar ainda mais os direitos dos povos indígenas. Eles fazem parte de um conjunto de projetos de lei radicalmente anti-indígena e antiambiental que tramita no Congresso brasileiro, encomendados pelo gabinete do presidente Bolsonaro e rejeitados na íntegra por 251 organizações⁸² da sociedade civil brasileira em carta aberta enviada em 15 de março de 2021 aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco.



Em abril de 2021, o Greenpeace realizou um sobrevoo em que registrou áreas de garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Yanomami.

PL 2159/2021 – o projeto de lei de licenciamento ambiental (PL 3729/2004) foi aprovado na Câmara e tramita no Senado sob um novo número, como PL 2159/2021. O projeto de lei reduz significativamente os critérios de avaliação de impacto ambiental, o que isentaria uma ampla gama de atividades destrutivas, como pavimentação de estradas na Amazônia e autorizaria o "autolicensing" de projetos de infraestrutura de grande porte. Segundo análise recente do Instituto Socioambiental e da Universidade Federal de Minas Gerais,⁸³ um projeto que se beneficiaria das isenções da lei é a pavimentação da rodovia BR-319, na Amazônia, que permitiria 170 mil km² de desmatamento até 2050 (uma área maior que a Inglaterra), resultando na liberação de 8 bilhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono, o CO₂ (quatro vezes mais que as emissões anuais brasileiras desse composto químico). A legislação apresentada no Senado apresenta riscos em

vários níveis em todos os biomas críticos do Brasil. Além do mais, ela contradiz diretamente os compromissos assumidos na COP 26, como a Declaração Florestal de Glasgow, que exige deter e reverter a perda de florestas até 2030.

PL 2633/2020 e PL 510/2021 – Ambos os projetos de lei recompensam a grilagem de terras públicas e promovem mais desmatamento. No dia 3 de agosto de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 2633/2020 aplicando medidas de urgência excepcionais, vetando a participação pública e impedindo a análise por grupos independentes. Além disso, tornou o texto do projeto inacessível até momentos antes da votação. No Senado, os dois projetos tramitam juntos. Esses projetos de lei legalizarão a grilagem de terras rurais de médio e grande portes ocupadas ilegalmente, e legalizarão também terras ocupadas de maneira ilegal mais recentemente.



Os acampamentos indígenas em Brasília (DF) mostram a força e a luta dos povos originários.

Um terço do desmatamento na Floresta Amazônica ocorre em terras públicas que foram ocupadas por grileiros.⁸⁴ Pesquisadores concluíram que esses projetos vão aumentar a grilagem de terras, a violência e o desmatamento. Várias iniciativas de legisladores do Parlamento da União Europeia e legisladores de vários parlamentos nacionais denunciaram a legislação proposta.⁸⁵ Um grupo de membros do Congresso dos Estados Unidos liderado pela agora Secretária do Interior, Debbie Haaland, também criticou o projeto de lei. O projeto também foi criticado por empresas.⁸⁶

PL 191/2020 - Este projeto de lei ameaçaria os territórios indígenas ao alterar a Constituição Brasileira e permitir mineração industrial e barragens hidrelétricas dentro dessas áreas. Se aprovado, o projeto levará ao aumento do desmatamento, de invasões de terras indígenas e violência contra esses povos. O PL 191/2020 encontra-se atualmente na Presidência da Câmara dos Deputados, aguardando a criação de uma Comissão Especial ou para ser considerado como "urgente", o que o levaria a ser enviado para votação em plenário em caráter emergencial.

PL 490/2007 - O PL 490 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em junho de 2021. Se aprovado, esse projeto de lei inviabiliza a

demarcação de terras indígenas, ameaça os territórios já demarcados e priva os povos indígenas dos direitos sobre suas terras, já reconhecidos na Constituição Brasileira.

Atualmente, existem 1.296 terras indígenas no Brasil. Mais de 800 terras indígenas ainda não foram demarcadas pelo governo brasileiro, embora algumas dessas terras tenham entrado com pedidos de demarcação há décadas. Apenas 401 terras indígenas estão totalmente demarcadas.

Esse projeto de lei é uma das ameaças mais graves aos povos indígenas no Brasil atualmente. Como os direitos às terras indígenas são a forma mais eficaz de conservação, as emergências climática e de biodiversidade exigem mais demarcação e mais respeito pelos direitos dos povos indígenas.

Após a aprovação da Comissão da CCJ, o PL 490 precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara, então pelo Senado Federal e, por fim, pelo presidente. Em 6 de julho de 2021, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) encaminhou à Organização das Nações Unidas (ONU) um apelo⁸⁷ urgente para exigir investigação e providências imediatas das autoridades brasileiras sobre os procedimentos legalmente imputáveis e, em última instância, impedir a análise do Projeto de Lei 490 no Congresso Nacional.

Bolsonaro não é um parceiro confiável da UE

O governo Bolsonaro tem um histórico desastroso de dismantelamento sistemático da proteção ambiental e dos direitos humanos. Além disso, ele e sua família estão ligados a organizações criminosas e à corrupção.⁸⁸ Não há dúvida de que Bolsonaro não é confiável. Ainda assim, a Comissão Europeia concluiu politicamente o acordo de livre comércio UE-Mercosul com o Brasil, como membro do Mercosul. A UE sinalizou a Bolsonaro que sua destruição ambiental e suas políticas desumanas são não só toleradas pela UE e pela Alemanha, principal motor do acordo UE-Mercosul, mas inclusive recompensadas.

Dinheiro em troca de nada

Pablo Ariel Grinspun, Embaixador da Argentina na UE, falando em nome da Presidência do Mercosul no primeiro semestre de 2021, deixou claro durante uma audiência no Parlamento Europeu⁸⁹ que qualquer declaração adicional, qualquer novo programa de monitoramento e / ou de fiscalização exigiria o direcionamento de recursos para os países do Mercosul antes que eles aceitassem tal adição. Em resposta à declaração, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) ofereceu um pacote de cooperação que incluiria contribuições bilaterais dos Estados-membros da UE aos países do Mercosul, juntamente com as contribuições existentes da UE. Em outras palavras, a UE está disposta a dar dinheiro ao governo brasileiro para melhorar a proteção ambiental e programas de monitoramento relacionados; programas que Bolsonaro já dismantelou sem mostrar sinais de querer reestabelecê-los ou algo semelhante.



Protesto contra o Acordo de Livre Comércio em Berlim.

A UE continua presa ao passado

Com o aumento das preocupações relacionadas ao acordo, o comissário de comércio da União Europeia, Valdis Dombrovskis, pretende salvá-lo por meio de uma declaração conjunta, feita com o Brasil, sobre a proteção ambiental. Diversas organizações, incluindo o Greenpeace, pediram um parecer jurídico para analisar esta declaração.⁹⁰ Os autores descrevem as deficiências das disposições sobre direitos humanos e sustentabilidade no acordo atual, e consideraram essa declaração inútil como forma de alcançar proteção e medidas de controle eficazes para as pessoas, o meio ambiente e o clima. O parecer indica que a renegociação é o único remédio. A UE, no entanto, descartou essa opção.

Separar o acordo comercial do Acordo de Associação mais amplo é atualmente outra opção para a Comissão da UE contornar este problema. Esta divisão do acordo significaria que a parte crítica relacionada ao comércio poderia ser decidida sem unanimidade no Conselho da UE. Como indica o parecer jurídico das organizações da sociedade civil, uma divisão do acordo seria contrária ao mandato de negociação original que a Comissão da UE recebeu para o pacto na década de 1990. Além das questões jurídicas, uma divisão do acordo também enfraqueceria a parte relacionada à cooperação política, que só seria ratificada muito mais tarde, ou nunca. Além disso, não é improvável que o capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável (TSD) do acordo comercial – em um acordo comercial dividido "somente da UE" – não inclua referências aos direitos humanos ou a proteção dos direitos humanos.⁹¹

As relações comerciais da UE com o Brasil já são tão próximas quanto possível: a UE é o segundo maior parceiro comercial⁹² do Brasil,

o segundo maior importador de soja brasileira⁹³ e um importante importador de carne bovina do Brasil⁹⁴. A UE é um parceiro comercial estratégico e insubstituível do país mesmo sem este acordo. O acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul seria uma política de "mais do mesmo", que impulsionaria o comércio dos mesmos produtos agrícolas que estão provocando a destruição das florestas e dos ecossistemas⁹⁵ e abusos de direitos humanos, sem fazer nada para resolver esses problemas.

Além de enviar um sinal político a Bolsonaro de que a Europa está feliz em recompensar suas políticas ambientalmente destrutivas e que violam os direitos humanos, este acordo comercial vai agravar as crises climática e de biodiversidade por décadas. Tornará os países do Mercosul totalmente dependentes de indústrias extrativas, incapazes de diversificar e construir economias resilientes. Este é um acordo do século passado que nos leva para trás na ação climática. Em lugar de apresentar soluções do século XXI, piora nossos problemas com uma abordagem do século XX.

O Greenpeace exige mudanças e revisão

O Greenpeace exige que a UE interrompa o acordo UE-Mercosul de uma vez por todas. A UE precisa rever completamente suas políticas comerciais e finalmente priorizar as pessoas e o planeta, e não o lucro de algumas poucas empresas. Além disso, se a UE leva a sério a proteção das florestas e dos ecossistemas e a proteção dos direitos humanos, ela deve garantir que seu consumo não conduza à destruição do meio ambiente e a violações dos direitos humanos.

Em vez de promover o comércio e o consumo de commodities e produtos que impulsionam o desmatamento, a destruição de ecossistemas e violações dos direitos humanos em nível global, a UE deve adotar um conjunto abrangente de políticas que regulem a colocação dessas commodities no mercado, além de reduzir seu consumo – como o consumo de carne. Em particular, a UE deve adotar uma lei⁹⁶ abrangente para a proteção global de florestas, ecossistemas e direitos humanos que impeça commodities e produtos derivados relacionados ao desmatamento, à degradação florestal, à conversão e degradação de ecossistemas e à violação dos direitos humanos de serem colocados em seu mercado interno. A Comissão Europeia apresentou uma proposta de regulamento sobre produtos livres de desmatamento⁹⁷ em novembro de 2021.

O projeto de lei propõe que as empresas que vendem determinados produtos no mercado da UE tenham de rastrear sua origem e provar que não estão relacionadas com a destruição ou degradação das florestas. O Greenpeace enxerga a proposta como um primeiro passo para proteger as florestas do mundo, mas ainda existem grandes lacunas. A proposta não oferece proteção a ecossistemas que não sejam florestas, como savanas e áreas úmidas, ou a direitos reconhecidos internacionalmente de povos indígenas e comunidades locais. Também controla apenas um número limitado de produtos, ignorando muitos com grandes ligações à destruição de florestas e ecossistemas, como carne suína, aves, borracha e milho. A proposta também desrespeita os padrões internacionais de direitos humanos e não menciona a proteção dos direitos dos povos

indígenas e a obrigação dos operadores de obter seu Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Além do mais, não há regras para o setor financeiro, e não há reparação para comunidades afetadas⁹⁸.

À medida que os proponentes do acordo UE-Mercosul tentam abordar o histórico de direitos humanos e ambientais do Brasil com uma promessa associada, os legisladores da UE devem entender que as promessas do Brasil sobre o meio ambiente representam um engano perigoso. Muitas das "novas" promessas do Brasil na COP 26 por si só são enganosas e problemáticas e, na realidade, a agenda radicalmente contra o meio ambiente e os indígenas do Congresso brasileiro impactará negativamente a Amazônia e não a salvará.

Referências

- 1 Human Rights Watch: COP26: Don't Be Fooled by Bolsonaro's Pledges. 2 de novembro de 2021.
- 2 Anthony Boadle, Gabriel Stargardter: Igniting global outrage, Brazil's Bolsonaro baselessly blames NGOs for Amazon fires. Reuters, Brasília, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2019. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-idUSKCN1VB1BY>
- 3 SBS News: Brazil's Jair Bolsonaro calls environmental NGOs a 'cancer' amid pressure to better protect the Amazon. 5 de setembro de 2020.
- 4 Matt Piotrowski: The Law That Could Break the Amazon. Climate Advisers, 22 June 2020. Disponível em <https://climateadvisers.org/blogs/the-law-that-could-break-the-amazon/>
- 5 Greenpeace European Unit: A new EU law to protect the world's forests. 3 de agosto de 2020.
- 6 EU Commission: Proposal for a regulation on deforestation-free products. 17 de novembro de 2021.
- 7 European Commission: EU and Mercosur reach agreement on trade. 28 de junho de 2019. Disponível em <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2039>
- 8 Deutsche Welle: Austria deals first blow to EU-Mercosur trade pact.
- 9 Jeronim Capaldo, Özlem Ömer: Trading away industrialization. Context and prospects of the EU-Mercosur agreement. Global Development Policy Center, Pardee School of Global Studies, Boston University, Gegi working paper 025, Boston, junho de 2021. Disponível em <https://www.bu.edu/gdp/2021/05/19/trading-away-industrialization-contexts-and-prospects-of-the-eu-mercousur-agreement/>
- 10 European Commission: The EU-Mercosur trade agreement opening up a wealth of opportunities for people in Germany. Bruxelas, junho de 2019.
- 11 Jeronim Capaldo, Özlem Ömer: Trading away industrialization. Context and prospects of the EU-Mercosur agreement. Global Development Policy Center, Pardee School of Global Studies, Boston University, Gegi working paper 025, Boston, junho de 2021. Disponível em <https://www.bu.edu/gdp/2021/05/19/trading-away-industrialization-contexts-and-prospects-of-the-eu-mercousur-agreement/>
- 12 Ibid.
- 13 Greenpeace Netherlands: EU-Mercosur Association Agreement Leaks. Amsterdã, outubro de 2020.
- 14 Débora Álvarez: Sources: Brazil withheld deforestation data 'til COP26's end. AP News, Brasília, 20 de novembro de 2021.
- 15 Coordenação-Geral de Observação da Terra, INPE: PRODES - Amazônia. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. São José dos Campos, 16 de junho de 2021. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>
- 16 Prevenção e controle do desmatamento Ministério do meio ambiente: Os planos de prevenção e controle do desmatamento em âmbito federal. Brasil, 2003.
- 17 The White House: Briefing Room, President Biden invites 40 world leaders to leaders summit on climate. Washington D.C., 26 de março de 2021. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/26/president-biden-invites-40-world-leaders-to-leaders-summit-on-climate/>
- 18 Jake Spring: Brazil cuts environment spending one day after U.S. climate summit pledge. Reuters, Brasil, 24 de abril de 2021.
- 19 Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE): BDQueimadas. (Acessado em 8 de julho de 2021).
- 20 Para o ano de 2021, foram analisados os dados dos focos de incêndio até 6 de dezembro.
- 21 Jornal Nacional: Bolsonaro acusa Leonardo DiCaprio e WWF de financiarem queimadas na Amazônia. Política, 29 de novembro de 2019.
- 22 Erick Gimenes: Bolsonaro culpa original, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da Covid. Brasil de Fato, Brasília, 22 de setembro de 2020.
- 23 The World Bank: Indigenous people. Indigenous Peoples are culturally distinct societies and communities. Although they make up 5% of the global population, they account for about 15% of the extreme poor. 19 de março de 2020. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/indigenouspeoples>
- 24 Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services: Media Release: Nature's Dangerous Decline 'Unprecedented'; Species Extinction Rates 'Accelerating'. Disponível em <https://ipbes.net/news/Media-Release-Global-Assessment>
- 25 Giles Constantine: Large landowners and multi-nationals most to blame for Amazon destruction. Eye on Latinamerica, 20 de outubro de 2014. Disponível em <https://eyeonlatinamerica.com/2014/10/30/brazil-large-landowners-amazon-deforestation/>
- 26 Mongabay: New report examines drivers of rising Amazon deforestation on country-by-country basis. Mongabay Series: Global Forests, 23 de maio de 2019. Disponível em <https://news.mongabay.com/2019/05/new-report-examines-drivers-of-rising-amazon-deforestation-on-country-by-country-basis/>
- 27 Eurogroup for animals: Beef production drives deforestation five times more than any other sector. 22 de abril de 2021. Disponível em <https://www.eurogroupforanimals.org/news/beef-production-drives-deforestation-five-times-more-any-other-sector>
- 28 'De 95% a 98% dos incêndios florestais são causados por origem humana', CBN, 16 de setembro de 2020. Disponível em <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/315729/de-95-98-dos-incendios-florestais-sao-causados-por.htm>
- 29 Ane Alencar, Paulo Moutinho, Vera Arruda, Divino Silvério: Nota Técnica. Amazônia em chamas: o fogo e desmatamento em 2019 e o que vem em 2020. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, nº 3, abril de 2020. Disponível em <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/04/NT3-Fogo-em-2019.pdf>
- 30 Erick Gimenes: Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid. Brasil de Fato, Brasília, 22 de setembro de 2020.
- 31 Hamilton Mourão: Vamos falar de queimadas. Correio Braziliense, 19 de agosto de 2020.

- 32** Observatório do clima, SEEG: Na contramão do mundo, Brasil aumentou emissões em plena pandemia. Comunicado de imprensa, 28 de outubro de 2021. Disponível em <https://seeg.eco.br/imprensa>
- 33** Os dados de emissão para 2021 não estavam disponíveis no momento da publicação.
- 34** Observatório do clima: NDC and the carbon trick maneuver: how Brazil reduced the ambition of its goals under the Paris Agreement. 10 de dezembro de 2020.
- 35** Observatório do clima: Young activists sue Brazilian government for “carbon trick maneuver”. Comunicado de imprensa, 14 de abril de 2021.
- 36** Observatório do clima: Nova meta do Brasil reduz pedalada, mas não a vergonha. Comunicado de imprensa, 1º de novembro de 2021.
- 37** Unearthed: Leaked documents reveal the fossil fuel and meat producing countries lobbying against climate action. 21 de outubro de 2021.
- 38** Disponível em <https://apiboficial.org/apib/?lang=en>
- 39** Brazil court suspends probe into Indigenous leader who criticized Bolsonaro. Reuters, Brasília, 6 de maio de 2021.
- 40** Reuters: Brazil court suspends probe into Indigenous leader who criticized Bolsonaro. 6 de maio de 2021.
- 41** Brazil Amazon: Illegal miners fire on indigenous group. BBC News, 11 de maio de 2021.
- 42** Naciones Unidas Derechos Humanos, Oficina de alto Dcomisariado, America del sur oficina regional: Junto com a CIDH, Escritório exorta o Brasil a garantir proteção integral aos povos indígenas yanomami e munduruku. No. 129/21, Washington D.C., Santiago, 19 de maio de 2021.
- 43** Cristiane Agostine: Bolsonaro diz que não fará nenhuma demarcação de terra indígena. Valor, Guaratinguetá, 19 de junho de 2019. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/06/19/bolsonaro-diz-que-nao-fara-nenhuma-demarcacao-de-terra-indigena.ghtml>
- 44** Flávia Milhorange: Jair Bolsonaro could face charges in The Hague over Amazon rainforest. The Guardian, 23 de janeiro de 2021.
- 45** Julio José Araujo Junior: ADPF 709: a voz indígena contra o genocídio. Jota.info, Articulation of Indigenous Peoples of Brazil, 8 de julho de 2020.
- 46** Comissão Pastoral da Terra: Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiânia, maio de 2021.
- 47** Disponível em <https://cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14194&catid=74&m=0>
- 48** <https://cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14194&catid=74&m=0>
- 49** Comissão Pastoral da Terra: Conflitos no Campo Brasil 2019. Goiânia, abril de 2020.
- 50** Greenpeace International: The life and death of the Guajajara, November 2019.
- 51** Comissão Pastoral da Terra: Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiânia, maio de 2021.
- 52** Ibid.
- 53** Daniel Camargos: Após um ano, 61% das investigações de assassinatos no campo não foram concluídas; ninguém foi condenado. Repórter Brasil, 28 de janeiro de 2021.
- 54** Daniel Camargos: Após um ano, 61% das investigações de assassinatos no campo não foram concluídas; ninguém foi condenado. Repórter Brasil, 28 de janeiro de 2021.
- 55** André Shalders: Com Bolsonaro, área ambiental do governo já perdeu 10% dos servidores. BBC News Brasil, Brasília, 5 de fevereiro de 2021.
- 56** Brazil's Bolsonaro says govt reduced environmental fines for 'peace and tranquility'. Reuters, Brasília, 1º de maio de 2021. Disponível em <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-bolsonaro-says-govt-reduced-environmental-fines-peace-tranquility-2021-05-01/>
- 57** Naiara Galarra Gortázar: Apesar do recorde de desmatamento em 2020, cada vez menos fiscais atuam na Amazônia. El País, São Paulo, 6 de janeiro de 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-05/apesar-do-recorde-de-desmatamento-em-2020-cada-vez-menos-fiscais-atuam-na-amazonia.html>
- 58** Larissa Mies Bombardi: Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union. The Left group in the European Parliament, São Paulo, 2021. Disponível em <https://left.eu/issues/publications/cycle-of-poison-and-molecular-colonialism-in-the-commercial-relationship-between-mercosur-and-the-european-union/>
- 59** Ibid., p. 48.
- 60** 2004/248/EC: Commission Decision of 10 March 2004 concerning the non-inclusion of atrazine in Annex I to Council Directive 91/414/EEC and the withdrawal of authorisations for plant protection products containing this active substance (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2004) 73. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A32004D0248>
- 61** Pesquisa por Atrazina (atrazine) em <https://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/busca-direta-produto>.
- 62** Greenpeace in Zentral- und Osteuropa: Pestizi- de in Brasilianischem Obst. Outubro de 2020. Disponível em <https://www.greenpeace.de/publikationen/pestizide-deutschland-brasilianischem-obst>
- 63** Greenpeace Germany: Giftiger Handel. EU-Mercosur Abkommen stoppen. Pestizide aus Deutschland in brasilianischem Obst. Maio de 2021. Disponível em https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/giftiger_han-del_greenpeace.pdf
- 64** Instituto de Estudos Socioeconômicos: Meio ambiente e o PLOA 2021. Mais uma peça do desmonte da política ambiental brasileira. Outubro de 2020. Disponível em https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/RESUMO_PLOA-2021-e-MA.pdf
- 65** Jake Spring: Brazilian Minister calls for environmental deregulation while public distracted by COVID. Reuters, Brasília. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment-idUSKBN22Y30Y>
- 66** Instituto de Estudos Socioeconômicos: Meio ambiente no PLOA 2022. Alessandra Cardoso. Disponível em <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/10/PLOA.pdf>
- 67** Estadão: Governo federal usa só 22% das verbas contra desmate e queimadas. 26 de outubro de 2021. Disponível em https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,verba-para-acoes-contr-desmates-e-queimadas-tem-baixa-execucao,70003873693?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link

33 | Homem perigoso, negócios perigosos

- 68** André Shalders: Com Bolsonaro, área ambiental do governo já perdeu 10% dos servidores. BBC News Brasil, Brasília, 5 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55849937>
- 69** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DO IBAMA E A SOCIEDADE BRASILEIRA. Carta nº 1/2021-NMI-SC/DITEC-SC/SUPES-SC, Número do Processo: 02026.000976/2021-52, Florianópolis, 19 de abril de 2021. Disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/04/IbamaCarta.pdf>
- 70** O Globo: Ibama tem apenas 26% dos analistas necessários para a fiscalização dos Biomas. 14 de julho de 2021.
- 71** O Globo: ICMBIO diz que há “insuficiência de recursos” para proteger Unidades de Conservação. 8 de outubro de 2021.
- 72** Reuters Staff: Brazil seeks \$1 billion in foreign aid to curb Amazon deforestation by 30-40% environmental minister. Reuters, São Paulo, 4 de abril de 2021.
- 73** Salles quer US\$ 1 bi da comunidade internacional para reduzir desmatamento. PODER360, 7 de abril de 2021.
- 74** Política: Em carta a Biden, Bolsonaro pede apoio aos EUA e promete eliminar o desmatamento ilegal até 2030. Brasília, 15 de abril de 2021.
- 75** Deal with Bolsonaro would sanction Brazil's tragedy, NGOs tell Biden. Comunicado de imprensa, Observatório do Clima, 6 de abril de 2021.
- 76** Amazon fund: Brazil protects it. The world supports it. Everybody. Disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/en/home/>
- 77** Jair Messias Bolsonaro, Ricardo Salles, Paulo Guedes, et al.: Fundo Amazônia. Relatório de atividades 2019. BNDS, junho de 2020. Disponível em http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/de-fault/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf
- 78** Sue Branford, Thais Borges: Norway freezes support for Amazon Fund; EU/Brazil trade deal at risk? Mongabay, 16 de agosto de 2019. Disponível em <https://news.mongabay.com/2019/08/norway-freezes-support-for-amazon-fund-eu-brazil-trade-deal-at-risk>
- 79** Poder 360: PF troca superintendente do Amazonas que pediu investigação contra Salles. Poder 360, 15 de abril de 2021.
- 80** Maria Marcello, Jake Spring: Brazil environment minister quits; faces illegal logging probe. Reuters, 24 de junho de 2021.
- 81** Greenpeace: Main threats of weakening environmental and land legislation in progress at the 2021 national congress.
- 82** Greenpeace Brasil: Enough with the assault on legislative process and democratic debating. Comunicado de imprensa, Brasília, 15 de maio de 2021.
- 83** Instituto Socioambiental: Projeto de Lei Geral do Licenciamento fará desmatamento explodir, diz análise do ISA e UFMG. 23 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-de-lei-geral-do-licenciamento-fara-desmatamento-explodir-diz-analise-do-isa-e-ufmg>
- 84** Greenpeace: Carne de destruição: como grandes frigoríficos seguem alimentando o desmatamento e a grilagem na Amazônia. 9 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/carne-de-destruicao-como-grandes-frigorificos-seguem-alimentando-o-desmatamento-e-a-grilagem-na-amazonia/>
- 85** Omid Nouripour: Brasilien: Keine Amnestie für Landräuber im Amazonas. 29 de março de 2021. Disponível em <https://www.nouripour.com/an-open-letter-the-president-of-the-chamber-of-deputies-Agriculture-Industries-et-al-An-open-letter-on-the-protection-of-the-Amazonas>. 5 de maio de 2021, atualizado em 15 de julho de 2021. Disponível em https://www.retailsoygroup.org/wp-content/uploads/2021/05/Letter-from-Business-on-Ama-zon_2021.pdf, Kristine Clement: Åbent brev fra danske politikere er med til at bremse skovrydningslove i Brasilien. Greenpeace Dinamarca, 16 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.greenpeace.org/denmark/div/aabent-brev-fra-danske-politikere-er-med-til-at-bremse-skovrydnings-love-i-brasilien/>
- 86** Agricultural Industries Confederation (AIC) et al.: An open letter on the protection of the Amazon. 5 de maio de 2021, atualizado em 15 de julho de 2021. Disponível em https://www.retailsoygroup.org/wp-content/uploads/2021/05/Letter-from-Business-on-Ama-zon_2021.pdf
- 87** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil: Apib e Coiab activated ONU to stop the 490 bill in Congress. 7 de julho de 2021.
- 88** David Miranda: Bolsonaro says he's fighting corruption. So why is he surrounded by scandal? The Guardian, 28 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/oct/28/jair-bolsonaro-brazil-paramilitaries-corruption-david-miranda>
- 89** Secretariat of the Committee on International Trade: The EU-Mercosur Trade Agreement. Committee on International Trade. European Parliament/ remote participation, 25 de fevereiro de 2021.
- 90** Dr. Rhea Tamara Hoffmann, Prof. Dr. Markus Krajewski: Legal opinion and proposals regarding a possible improvement or renegotiation of the draft EU-Mercosur Association Agreement. Miserior, Greenpeace, CIDSE, Aachen, Brussels, Hamburg, Maio de 2021. Disponível em https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/2021-05-01_gpd_rechtsgutachten_eng_legal_opinion_eu-mercotur.pdf
- 91** Ibid.
- 92** European Commission: Trade. Policy. Countries and regions. Brasil, 22 de abril de 2021.
- 93** Bruna Alves: Soybean in Brazil - Statistics & Facts. Statista Research Department, 8 de fevereiro de 2021.
- 94** Statista Research Department: Brazil: beef and veal exports value 2019, by destination. 2 de julho de 2021.
- 95** Stefan Ambec et al.: Rapport au Premier ministre. Dispositions et effets potentiels de la partie commerciale de l'Accord d'Association entre l'Union européenne et le Mercosur en matière de développement durable. 7 de abril de 2020.
- 96** Greenpeace EU Unit: A new EU law to protect the world's forests. 3 de agosto de 2020.
- 97** EU Commission: Proposal for a regulation on deforestation-free products. 17 de novembro de 2021.
- 98** Global Witness: New proposed EU law to tackle global deforestation lacks ambition on finance and human rights. Comunicado de imprensa, 17 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/new-proposed-eu-law-tac>